

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.236 - SP (2019/0302191-7)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : GUILHERME ANDRE DE CASTRO FRANCISCO**  
**ADVOGADO : GUILHERME ANDRE DE CASTRO FRANCISCO - SP390592**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : LEANDRO VITOR DE ALMEIDA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de LEANDRO VITOR DE ALMEIDA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Colhe-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante, em 22/7/2019, prisão posteriormente convertida em preventiva, pela suposta prática do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, em decorrência da apreensão de 37,27g (trinta e sete gramas e vinte e sete centigramas) de cocaína.

Impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls.183/184).

No presente *writ*, afirma o impetrante, em síntese, que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal, ao argumento de que a decisão que decretou a prisões preventiva não estaria amparada em fundamentação idônea.

Pleiteia, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia cautelar.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* ante decisão que indefere liminar em idêntica via, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal).

Todavia, na espécie, num juízo perfunctório, parece-me estar evidenciada situação apta a excepcionar a incidência do enunciado 691 da Súmula do

# *Superior Tribunal de Justiça*

Supremo Tribunal Federal.

No presente caso, a segregação cautelar está fundamentada nos seguintes termos (e-STJ fl. 69):

“Vistos. Trata-se de prisão em flagrante de LEANDRO VITOR DE ALMEIDA, detido pela prática do crime previsto no artigo 33 "caput" da Lei 11.343/06, mantendo a posse de 37,27 gramas de cocaína, além da quantia de R\$ 10,00 (dez reais) em espécie. O flagrante mostra-se formalmente em ordem, não havendo motivos para o seu relaxamento. Foram devidamente observadas as regras procedimentais dispostas nos arts. 301 e seguintes do Código de Processo Penal e art. 50 da Lei 11.343/2006, além de existirem suficientes indícios de autoria delitiva e provas da existência do crime, conforme se depreende das oitivas testemunhais coligidas na fase policial, Auto de Exibição e Apreensão, e Auto de Constatação Preliminar de Substância Entorpecente acostado aos autos. Ante as circunstâncias fáticas do caso em análise, apreensão de quantidade de drogas de alto potencial ofensivo, inadequada, pois insuficiente, a aplicação de quaisquer das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal. Outrossim, presentes os fundamentos e os requisitos da prisão provisória, *fumus commissi delicti* e *periculum libertatis*, além da condição de admissibilidade prevista no art. 313, inciso I, do Código de Processo Penal. A manutenção da custódia preventiva do investigado se ampara na garantia da ordem pública porquanto o delito imputado, tráfico de drogas, é extremamente grave, causador de danosas consequências ao meio social, com desestruturação familiar, aumento da violência e principalmente da criminalidade organizada, tendo o réu declarado ser usuário contumaz de entorpecentes, podendo fazer do tráfico a forma de sustento de seu vício, o que o levaria, caso permanecesse em liberdade, voltar à prática delitiva. Ante o exposto, com fundamento nos artigos 310, II e 312, do Código de Processo Penal, converto a prisão em flagrante de LEANDRO VITOR DE ALMEIDA em prisão preventiva.

Com efeito, apesar de o decreto de prisão preventiva mencionar a quantidade e a natureza da droga apreendida em poder do ora paciente, não se infere daí periculosidade hábil a justificar a imposição da medida cautelar mais gravosa.

Nesse sentido, destacam-se os seguintes julgados:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDA CAUTELAR ALTERNATIVA. POSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. RECURSO PROVIDO.

# *Superior Tribunal de Justiça*

1. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que a determinação de segregar o réu, antes de transitada em julgado a condenação, deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos autos, a necessidade da cautela (*periculum libertatis*), à luz do disposto no art. 312 do CPP.

2. O decreto de prisão preventiva apontou o fato de os recorrentes haverem sido presos "com grande quantidade de cocaína (92 pinos) [...] de modo que a prisão cautelar se mostra imprescindível para garantir a ordem pública".

3. As demais considerações externadas pelo Magistrado, atinentes à vedação legal à liberdade provisória e à necessidade da cautela para a aplicação da lei penal, devem ser afastadas, pois é imprescindível a análise dos requisitos do art. 312 do CPP nos casos de tráfico de entorpecentes e não foram indicados, no édito prisional, comportamentos dos réus tendentes a esquivarem-se da responsabilização penal (tentativa de fuga, obstrução de prova etc.).

4. Em que pese a concreta fundamentação da custódia para garantia da ordem pública, na miríade de providências cautelares previstas nos arts. 319, 320 e 321, todos do CPP, a decretação da prisão preventiva será, como densificação do princípio da proibição de excesso, a medida extrema a ser adotada, somente para aquelas situações em que as alternativas legais à prisão não se mostrarem aptas e suficientes a proteger o bem ameaçado pela irrestrita e plena liberdade do indiciado ou acusado.

5. Sob a influência do princípio da proporcionalidade e considerando que os recorrentes são primários, possuem ocupação lícita e residência fixa, foram surpreendidos dentro de veículo (condutor e passageiros) com 68,2 g de cocaína, sem investigações policiais prévias ou maiores sinais de que se dedicavam ao tráfico de drogas de forma profissional ou de que integrassem organização criminosa, é adequada a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, para a mesma proteção da ordem pública (art. 319, I, II e V, do CPP).

6. Recurso ordinário provido para substituir a prisão preventiva dos recorrentes pelas medidas previstas no art. 319, I, II e V, sem prejuízo de outras medidas que o prudente arbítrio do juiz natural da causa indicar cabíveis e adequadas. (RHC 83.174/SP, SEXTA TURMA, relator Ministro ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, julgado em 16/5/2017, DJe 23/06/2017.)

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E CORRUPÇÃO ATIVA. SÚMULA 691/STF. MÉRITO JULGADO NA ORIGEM. ACÓRDÃO CARREADO AOS AUTOS. PRISÃO PREVENTIVA. PEQUENA QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA EXTREMA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO .

1. A aceitação de habeas corpus impetrado contra decisão que indeferiu a liminar em prévio writ se submete aos parâmetros da

# Superior Tribunal de Justiça

Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, somente afastada no caso de excepcional situação, o que ocorre na espécie dos autos.

2. Com o julgamento superveniente do habeas corpus e a denegação da ordem, o Tribunal de Justiça transmuda-se em autoridade coatora.

3. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração do que consiste o *periculum libertatis*.

4. Na hipótese dos autos, os argumentos que fundamentam a custódia estão dissociados de elementos concretos aptos a justificar a prisão processual do paciente. A pequena quantidade de droga apreendida na posse do acusado (3,27 g de cocaína e 20,7 g de maconha) evidencia a desproporcionalidade da medida extrema que é a custódia cautelar.

5. Ordem concedida para revogar o decreto de prisão preventiva em discussão, ressalvada a possibilidade de decretação de nova prisão, se demonstrada concretamente sua necessidade, sem prejuízo da aplicação de medida cautelar diversa nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal. Prejudicado o pedido de reconsideração (Petição n. 115.725/2018 - às fls. 110/129) da decisão que indeferiu o pedido urgente. (HC 433.071/SP, SEXTA TURMA, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, julgado em 22/03/2018, DJe 03/04/2018.)

Dessarte, seria necessário que fossem apontados dados concretos, extraídos de elementos obtidos nos autos, suficientes para demonstrar a necessidade da prisão cautelar.

Ante o exposto, **defiro a liminar, em menor extensão**, para determinar a soltura do paciente, se por outro motivo não estiver preso, a fim de que aguarde em liberdade o julgamento definitivo do presente *writ*, mediante imposição pelo Juízo local e a seu critério de medidas cautelares constantes do art. 319 do Código de Processo Penal.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se. Comunique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

